

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Declaração n.º 250/2005 (2.ª série). — Para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 43/2004, de 18 de Agosto, declara-se que a juíza desembargadora Dr.ª Ana Luísa Passos Martins da Silva Geraldes renunciou ao cargo de vogal da Comissão Nacional de Protecção de Dados, com efeitos a partir do dia 1 de Dezembro de 2005.

28 de Novembro de 2005. — Pela Secretária-Geral, (*Assinatura ilegível.*)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Conselho de Ministros

Resolução n.º 73/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 10.º dos Estatutos da CP — Caminhos de Ferro Portugueses, E. P., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 109/77, de 25 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 116/92, de 20 de Junho, conjugado com o n.º 4 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, os membros do respectivo conselho de gerência são nomeados e exonerados por resolução do Conselho de Ministros, sob proposta do membro do Governo responsável pela área dos transportes.

Os actuais elementos do conselho de gerência da CP — Caminhos de Ferro Portugueses, E. P., foram nomeados nos termos da resolução do Conselho de Ministros n.º 103/2004 (2.ª série), de 24 de Setembro, publicada no *Diário da República*, n.º 253, de 27 de Outubro de 2004, encontrando-se vagos dois lugares do cargo de vogal por entretanto terem sido exonerados nos termos da resolução do Conselho de Ministros n.º 71/2005 (2.ª série), de 2 de Dezembro.

Foi ouvida a Comissão de Trabalhadores da CP — Caminhos de Ferro Portugueses, E. P.

Assim:

Ao abrigo do n.º 1 do artigo 10.º dos Estatutos da CP — Caminhos de Ferro Portugueses, E. P., aprovados pelo Decreto-Lei n.º 116/92, de 20 de Junho, e nos termos das alíneas *d*) e *g*) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1 — Nomear, sob proposta do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para o período disponível do mandato em curso dos restantes membros do conselho de gerência, os licenciados Tomás Henrique Ferreira Leiria Pinto e Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira para os cargos de vogal do conselho de gerência da CP — Caminhos de Ferro Portugueses, E. P.

2 — Para os efeitos do número anterior, os nomeados exercem as respectivas funções em comissão de serviço, nos termos do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro.

3 — Estabelecer que a presente resolução produz efeitos a partir da data da sua aprovação.

17 de Novembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 25 254/2005 (2.ª série). — O Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, que aprovou a Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, criou, no âmbito do Ministério da Economia e da Inovação, a Unidade de Coordenação do Plano Tecnológico, dirigida por um coordenador com o estatuto e gabinete equivalentes aos de subsecretário de Estado.

Tendo em conta que o coordenador daquela Unidade de Coordenação apresentou o seu pedido de exoneração, cumpre formalizar a respectiva cessação de funções.

Nestes termos, determina-se:

1 — Exonerar, a seu pedido, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, o Prof. Doutor José Albuquerque Tavares.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 17 de Novembro de 2005.

24 de Novembro de 2005. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Declaração (extracto) n.º 251/2005 (2.ª série). — Torna-se público que o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, por despacho de 8 de Novembro de 2005, a pedido da Câmara Municipal de Vale de Cambra, declarou a utilidade pública da expropriação com carácter urgente das parcelas de terreno a seguir referenciadas e identificadas na planta anexa:

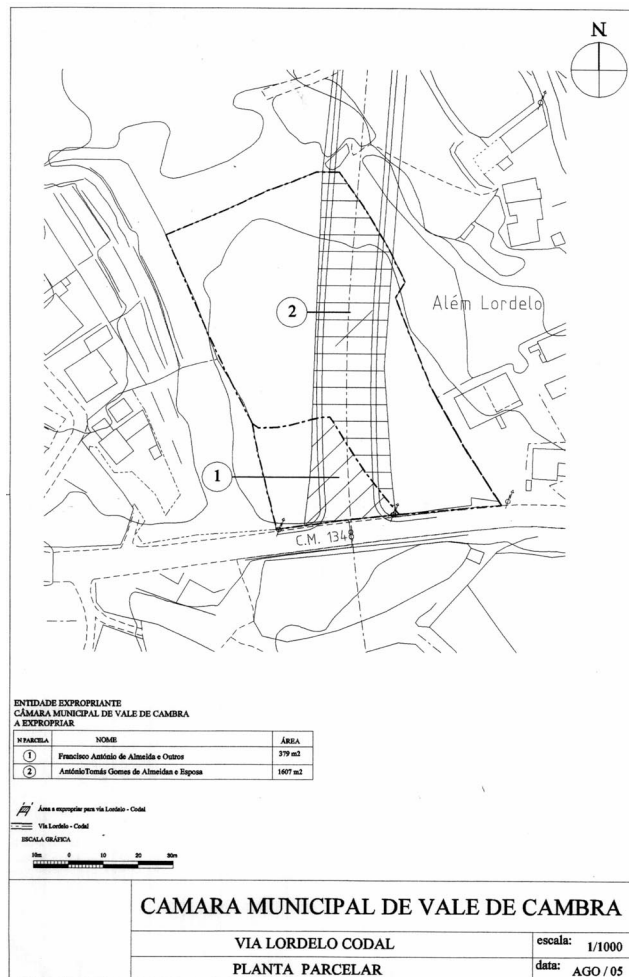
Parcela n.º 1, com a área de 379 m², a desanexar do prédio rústico inscrito na respectiva matriz predial da freguesia de Vila Chã sob o artigo 1353 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Oliveira de Azeméis sob o n.º 36 288, a fl. 43 v.º do livro B-96, propriedade de Francisco António de Almeida, Fausto Leite de Almeida e Maria Alice Soares de Almeida;

Parcela n.º 2, com a área de 1607 m², a desanexar do prédio rústico inscrito na respectiva matriz predial da freguesia de Vila Chã sob o artigo 1352, omissis na Conservatória do Registo Predial, propriedade de António Tomás Gomes de Almeida e Maria Adelaide da Silva Santos Gomes de Almeida.

A expropriação destina-se à execução da via da obra «Zona Industrial de Lordelo/Codal e respectiva ligação».

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, no exercício das competências delegadas pelo Ministro de Estado e da Administração Interna no despacho n.º 10 489/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 91, de 11 de Maio de 2005, tem os fundamentos de facto e de direito expostos na informação técnica (IT) n.º 119/DSJ, de 13 de Outubro de 2005, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do processo n.º 123.046.05, daquela Direcção-Geral.

24 de Novembro de 2005. — O Subdirector-Geral, *Domingos Pereira de Sousa*.



Declaração (extracto) n.º 252/2005 (2.ª série). — Torna-se público que o Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, por despacho de 8 de Novembro de 2005, a pedido da Câmara Muni-

cipal de Valongo, declarou a utilidade pública da expropriação, com carácter urgente, das parcelas de terreno a seguir referenciadas e identificadas na planta anexa:

Parcela SL4, com a área de 68 m², a desanexar do prédio rústico, propriedade de Maria Carminda Moutinho Paredes Oliveira Azevedo, inscrito na respectiva matriz predial da freguesia de Ermesinde sob o artigo 602-R e descrito na Conservatória do Registo Predial de Valongo sob o n.º 02686/300192;

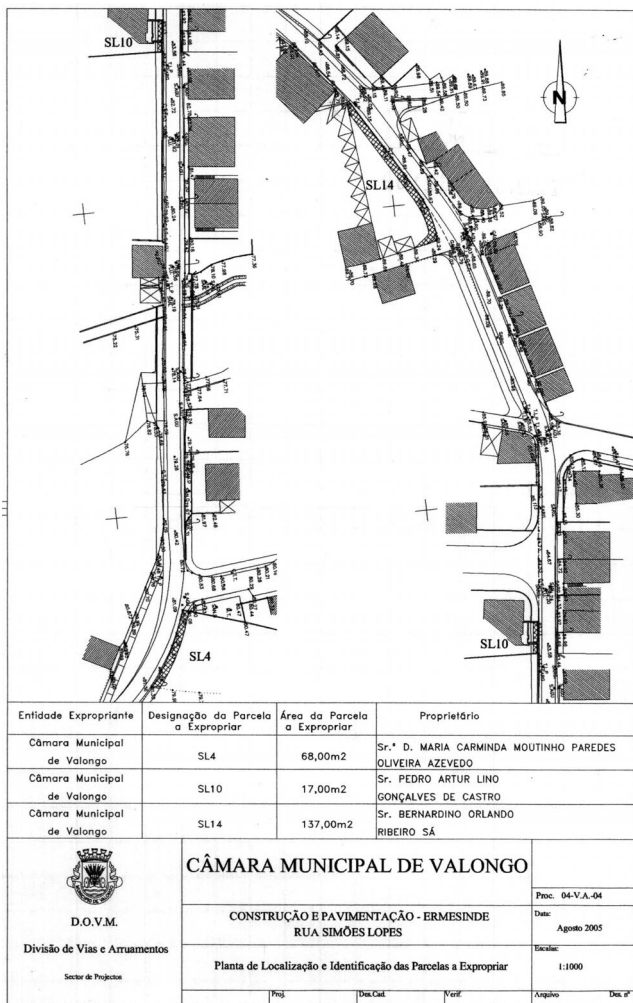
Parcela SL10, com a área de 17 m², a desanexar do prédio, propriedade de Pedro Artur Lino Gonçalves de Castro e de Maria Antónia Andrade Novais de Castro, descrito na matriz predial urbana da freguesia de Ermesinde sob o artigo 4546-U e descrito na Conservatória do Registo Predial de Valongo sob o n.º 04038/230596;

Parcela SL14, com a área de 137 m², a desanexar do prédio, propriedade de Bernardino Orlando Ribeiro Sá, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Ermesinde sob o artigo 1072-U e descrito na Conservatória do Registo Predial de Valongo sob o n.º 05299/20010502.

A expropriação destina-se à execução da obra construções e pavimentações — Ermesinde, Rua de Simões Lopes.

Aquele despacho foi emitido ao abrigo dos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, no exercício das competências delegadas pelo Ministro de Estado e da Administração Interna pelo despacho n.º 10 489/2005, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 91, de 11 de Maio de 2005, tem os fundamentos de facto e de direito expostos na informação técnica (IT) n.º 131/DSJ, de 30 de Setembro de 2005, da Direcção-Geral das Autarquias Locais, e tem em consideração os documentos constantes do processo n.º 123.061.05, daquela Direcção-Geral.

24 de Novembro de 2005. — O Subdirector-Geral, *Domingos Pereira de Sousa*.



Instituto do Desporto de Portugal

Aviso (extracto) n.º 11 206/2005 (2.ª série). — Por despacho de 4 de Novembro de 2005 do vice-presidente da Direcção do Instituto do Desporto de Portugal, Dr. João Manuel Cravina Bibe:

Alice de Jesus Esgueira Pinho, telefonista do quadro de pessoal do ex-Centro de Estudos e Formação Desportiva — autorizada, a seu pedido, anulação de licença sem vencimento de longa duração nos termos do n.º 1 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2005. (Não carece de anotação ou fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Novembro de 2005. — O Vice-Presidente, *João Manuel Bibe*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna

Despacho n.º 25 255/2005 (2.ª série). — No uso das competências que me foram delegadas pelo despacho n.º 10 495/2005, de 11 de Maio, do Ministro de Estado e da Administração Interna, e nos termos conjugados do n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, e do n.º 4 do artigo 37.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, para o cargo de chefe de divisão da Delegação de Viação de Portalegre a licenciada em Engenharia Paula Cristina Neto Guedes.

31 de Outubro de 2005. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *Ascenso Luís Seixas Simões*.

Direcção-Geral de Viação

Despacho n.º 25 256/2005 (2.ª série). — Foi publicitado na bolsa de emprego público e no jornal *Diário de Notícias* do dia 17 de Junho de 2005 o procedimento de selecção com vista ao provimento do cargo de chefe de divisão da Delegação de Viação de Santarém, da Direcção Regional de Viação Lisboa e Vale do Tejo, cuja área de actuação se encontra definida no artigo 17.º e na alínea b) do n.º 2 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 484/99, de 10 de Novembro (aprova a lei orgânica da Direcção-Geral de Viação).

Após análise curricular, verificou-se que o candidato Luís Manuel Banza Alves, para além de possuir os requisitos legais exigidos para o provimento do cargo, nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objectivos do serviço, de acordo com os critérios definidos para o efeito e conforme o *curriculum vitae* anexo.

Assim, ao abrigo do disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhes foi dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, o licenciado Luís Manuel Banza Alves, técnico superior de 1.ª classe da carreira de jurista do quadro de pessoal não dirigente da Direcção-Geral de Viação, no cargo de chefe de divisão da Delegação de Viação de Santarém, da Direcção Regional de Viação de Lisboa e Vale do Tejo.

A nomeação produz efeitos a partir da data do presente despacho.

17 de Novembro de 2005. — O Director-Geral, *António Nunes*.

ANEXO

Curriculum vitae

1 — Dados biográficos:

Nome — Luís Manuel Banza Alves;
Data de nascimento — 3 de Março de 1960;
Naturalidade — Aljustrel;
Estado civil — casado.

2 — Habilitações literárias — licenciado em Direito.

3 — Habilitações profissionais:

Foi admitido nos quadros do Ministério da Justiça, Direcção-Geral dos Serviços Judiciários, em 19 de Setembro de 1999, mediante concurso público externo. Exerceu funções em:

Tribunal Judicial da Comarca do Barreiro;
DIAP — Departamento de Investigação e Acção Penal, em Lisboa;
Tribunal Cível da Comarca de Lisboa;